



CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

*** PAUTA 007/2017**

A **PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições legais e com base nos termos da Resolução nº. 005/2007, do Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça, resolve convocar os Excelentíssimos Senhores Membros do Conselho Superior do Ministério Público para Sessão Ordinária, a ser realizada no próximo dia 02 de maio de 2017, terça-feira, à partir das 14:00 horas, na Sala das Sessões na Sede do Ministério Público, situada à 5ª Avenida, 750 - Centro Administrativo da Bahia - CAB, nesta Capital, para apreciação da seguinte ordem do dia:

01. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 003.0.266413/2016. ASSUNTO: PEDIDO DE AFASTAMENTO PARA FREQUENTAR CURSO NO EXTERIOR. INTERESSADA: PROMOTORA DE JUSTIÇA SANSULCE DE OLIVEIRA LOPES FILARDI. RELATORA: CONSELHEIRA MARILENE PEREIRA MOTA.

02. RELATORIA DE PROCEDIMENTOS:

RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA JOSÉ CUPERTINO AGUIAR CUNHA:

- 2.1. Recurso Administrativo nº 596.0.180156/2015, apenso Inquérito Civil nº 596.0.180156/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 2.2. Procedimento Ministerial nº 202.0.259391/2016, da Promotoria de Justiça de Governador Mangabeira;
- 2.3. Inquérito Civil nº 003.0.17673/2015, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 2.4. Procedimento Ministerial nº 069.0.43234/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Catu;
- 2.5. Procedimento Ministerial nº 600.0.239557/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 2.6. Procedimento Ministerial nº 003.0.137934/2014, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Barreiras;
- 2.7. Procedimento Ministerial nº 003.0.197701/2015, da 4ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 2.8. Procedimento Ministerial nº 003.0.162737/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Infância e Juventude;
- 2.9. Procedimento Ministerial nº 008.0.209775/2015, da Promotoria de Justiça de Amélia Rodrigues;
- 2.10. Procedimento Ministerial nº 597.0.947/2008, da Promotoria de Justiça de Valença;
- 2.11. Procedimento Ministerial nº 674.0.67674/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 2.12. Inquérito Civil nº 013.0.66796/2009, da Promotoria de Justiça de Antas;
- 2.13. Inquérito Civil nº 003.0.137997/2014, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Barreiras;
- 2.14. Procedimento Ministerial nº 003.0.42121/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de Remanso;
- 2.15. Procedimento Ministerial nº 003.0.169984/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 2.16. Procedimento Ministerial nº 003.0.137810/2014, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Barreiras.



RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA CLEONICE DE SOUZA LIMA:

2.17. Procedimento Ministerial nº 597.0.182092/2011, da 1ª Promotoria de Justiça de Valença.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA NATALINA MARIA SANTANA BAHIA:

2.18. Procedimento Ministerial nº 608.0.221308/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

2.19. Inquérito Civil nº 676.1.119090/2006, da 2ª Promotoria de Justiça de Bom Jesus de Lapa;

2.20. Procedimento Ministerial nº 003.0.249372/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

2.21. Inquérito Civil nº 598.0.113655/2009, da 8ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

2.22. Procedimento Ministerial nº 003.0.219712/2016, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

2.23. Inquérito Civil nº 003.0.86969/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

2.24. Procedimento Ministerial nº 705.0.181706/2015, da 2ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;

2.25. Inquérito Civil nº 597.0.201705/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;

2.26. Procedimento Ministerial nº 003.0.152763/2013, do Grupo de Atuação Especial de Proteção dos Direitos Humanos e Combate à Discriminação – GEDHDIS;

2.27. Inquérito Civil nº 719.0.50006/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Guanambi;

2.28. Inquérito Civil nº 593.1.66499/2005, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;

2.29. Inquérito Civil nº 167.0.239544/2014, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;

2.30. Inquérito Civil nº 598.0.150956/2014, da 5ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

2.31. Inquérito Civil nº 692.0.130865/2012, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Guanambi;

2.32. Procedimento Ministerial nº 003.0.77821/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público – GEPAM.

RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA PAULO MARCELO DE SANTANA COSTA:

2.33. Procedimento Ministerial nº 001.0.147672/2012, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

2.34. Procedimento Ministerial nº 697.0.152467/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Coaraci;

2.35. Inquérito Civil nº 001.9.5431/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

2.36. Inquérito Civil nº 003.0.197222/2013, da Promotoria de Justiça Regional Especializada em Meio Ambiente com sede em Itabuna;

2.37. Procedimento Ministerial nº 003.0.206022/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;

2.38. Procedimento Ministerial nº 003.0.74015/2013, da 5ª Promotoria de Justiça de Infância e Juventude;

2.39. Procedimento Ministerial nº 001.0.151157/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

2.40. Inquérito Civil nº 702.0.196513/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;



- 2.41. Inquérito Civil nº 702.0.91914/2013, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 2.42. Procedimento Ministerial nº 003.0.229193/2016, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 2.43. Procedimento Ministerial nº 001.0.146728/2009, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 2.44. Procedimento Ministerial nº 003.0.137965/2014, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Barreiras;
- 2.45. Procedimento Ministerial nº 598.0.150844/2014, da 17ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 2.46. Procedimento Ministerial nº 003.0.243593/2015, da 5ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA MARILENE PEREIRA MOTA:

- 2.47. Procedimento Ministerial nº 646.9.270810/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Coaraci;
- 2.48. Procedimento Ministerial nº 681.0.212196/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;
- 2.49. Procedimento Ministerial nº 592.0.85164/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
- 2.50. Inquérito Civil nº 167.0.161431/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;
- 2.51. Inquérito Civil nº 241.0.217796/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Remanso;
- 2.52. Procedimento Ministerial nº 241.0.219839/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Remanso;
- 2.53. Procedimento Ministerial nº 720.0.72517/2010, da 1ª Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe;
- 2.54. Inquérito Civil nº 003.0.61421/2010, da Promotoria de Justiça de Tanhaçu;
- 2.55. Inquérito Civil nº 001.9.25401/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 2.56. Inquérito Civil nº 167.0.97743/2015, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;
- 2.57. Inquérito Civil nº 001.9.23310/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 2.58. Inquérito Civil nº 593.0.127376/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 2.59. Inquérito Civil nº 675.0.111029/2012, da 2ª Promotoria de Justiça de Barra;
- 2.60. Inquérito Civil nº 597.0.102113/2008, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 2.61. Inquérito Civil nº 217.0.47235/2010, da 3ª Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe;
- 2.62. Procedimento Ministerial nº 681.0.212196/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA MARGARETH PINHEIRO DE SOUZA

- 2.63. Procedimento Ministerial nº 591.0.136069/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 2.64. Inquérito Civil nº 674.0.148666/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 2.65. Inquérito Civil nº 608.0.97217/2012, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 2.66. Inquérito Civil nº 003.0.36168/2014, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 2.67. Inquérito Civil nº 674.0.195651/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 2.68. Procedimento Ministerial nº 590.0.82817/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Camaçari;



2.69. Inquérito Civil nº 003.0.11731/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA SILVANA OLIVEIRA ALMEIDA:

2.70. Procedimento Ministerial nº 608.0.252930/2012, da 5ª Promotoria de Justiça de Jequié;

2.71. Inquérito Civil nº 677.0.186674/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Brumado;

2.72. Inquérito Civil nº 708.0.45976/2013, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas.

03. O QUE OCORRER.

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, 20 de abril de 2017.

EDIENE SANTOS LOUSADO

Procuradora-Geral de Justiça

Presidente do Conselho Superior do Ministério Público

*Republicado por haver saído com incorreções.